

# SUMÁRIO

## 1

<b>REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL: CARREIRA, INGRESSO, PROMOÇÕES E REMOÇÕES .....</b>	<b>29</b>
1. Estatuto da Magistratura Nacional .....	29
2. Poder Judiciário e regras de organização da Magistratura Nacional .....	30
2.1. Estrutura do Poder Judiciário .....	30
2.2. Competência para legislar sobre carreira da magistratura.....	32
2.3. Princípios sobre a carreira da magistratura: normas constitucionais de eficácia plena.....	34
3. Ingresso na carreira .....	34
3.1. Em primeiro grau de jurisdição.....	34
3.1.1. Fases do concurso público .....	35
3.1.2. Atividade jurídica.....	37
3.2. Acesso aos tribunais .....	39
3.3. Acesso ao Superior Tribunal de Justiça .....	39
3.4. Acesso ao Supremo Tribunal Federal .....	40
4. Movimentação na carreira .....	42
4.1. Promoção .....	42
4.1.1. Critérios de valoração de aperfeiçoamento técnico (Resolução ENFAM n. 8/2025).....	43
4.1.2. Pode o juiz ter sua promoção recusada? .....	47
4.1.3. Outras possibilidades de negativa de promoção do magistrado.....	48
4.1.4. Ação afirmativa de gênero para acesso de magistradas aos tribunais de 2º grau .....	48
4.1.5. Ação afirmativa em razão de deficiência na promoção por merecimento .....	50
4.1.6. STF afasta critério do CNJ de promoção na magistratura baseado em índice de conciliações.....	51
4.2. Remoção.....	52
4.3. Permuta .....	55

4.3.1.	Regulamentação de permuta entre magistrados estaduais .....	55
4.4.	Programa Nacional Visão Global do Poder Judiciário .....	58
5.	Para aprofundar .....	61
5.1.	Idade para aposentadoria compulsória dos magistrados: ADI n. 5430 .....	61
5.2.	Regime da previdência social dos Magistrados: ADIs n. 3.308, 3.363, 3.998, 4.802 e 4.803 .....	61
5.3.	Inconstitucionalidade de abono permanência em atividade para magistrados criado por Lei Estadual: ADI n. 2952 .....	62
5.4.	Competência originária do STF para ações de interesse da magistratura .....	62

## 2

<b>DIREITOS E DEVERES CONSTITUCIONAIS FUNCIONAIS DA MAGISTRATURA .....</b>	<b>65</b>
1. Direitos e garantias .....	65
1.1. Breve histórico das garantias constitucionais da magistratura ....	65
1.2. Garantias constitucionais funcionais .....	69
1.2.1. Vitaliciedade e a Resolução CNJ n. 654/2025 .....	70
1.2.2. Inamovibilidade .....	80
1.2.3. Irredutibilidade de subsídios .....	82
1.2.3.1. Emenda Constitucional n. 135/2024 .....	84
1.3. Garantias constitucionais institucionais .....	85
1.4. Prerrogativas da magistratura previstas na LOMAN .....	88
1.4.1. Agendamento para depor como testemunha .....	89
1.4.2. Prisão .....	90
1.4.3. Notificação ou intimação .....	91
1.4.4. Porte de arma .....	92
1.5. Férias, licenças e concessões .....	92
1.5.1. Férias .....	92
1.5.2. Licenças .....	93
1.5.3. Concessões .....	95
1.6. Condições especiais de trabalho para magistrados com deficiência .....	100
2. Deveres e vedações .....	103

2.1.	Deveres do magistrado segundo a LOMAN .....	103
2.1.1.	Independência, serenidade e exatidão .....	103
2.1.2.	Não exceder prazos: Provimento CNJ 193/2025 .....	104
2.1.3.	Urbanidade.....	111
2.1.4.	Residência na Comarca.....	112
2.1.5.	Assiduidade.....	114
2.1.6.	Fiscalização.....	115
2.1.7.	Conduta .....	116
2.2.	Vedações da Constituição Federal .....	119
2.2.1.	Magistratura e Magistério: Resolução CNJ n. 650/2025..	119
2.2.2.	Custas ou participação em processo .....	124
2.2.3.	Atividade político-partidária.....	124
2.2.4.	Auxílios ou contribuições .....	127
2.2.5.	Quarentena.....	129
2.3.	Vedações da LOMAN .....	130
2.3.1.	Atividade empresarial .....	130
2.3.2.	Manifestação sobre processos .....	133
2.4.	Magistratura e redes sociais.....	135
2.4.1.	Compartilhamento de mensagem com manifestação político-partidária.....	141
2.4.2.	Participação em grupo de WhatsApp .....	142
3.	Para aprofundar .....	143
3.1.	Equiparação de direitos e deveres da Magistratura e do Minis- tério Público .....	143

### 3

<b>CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA NACIONAL.....</b>	<b>147</b>
1. Deontologia .....	147
2. Histórico.....	150
3. Considerandos .....	152
4. Disposições gerais.....	156
5. Independência.....	157
6. Imparcialidade .....	159
7. Transparência .....	162
8. Integridade pessoal e profissional .....	164

9. Diligência e dedicação .....	168
10. Cortesia .....	169
11. Prudência .....	172
12. Sigilo Profissional .....	174
13. Conhecimento e capacitação .....	174
14. Dignidade, honra e decoro.....	176
14.1. Alteração do Código de Ética da Magistratura Nacional.....	177
14.2. Assédio sexual: infração disciplinar de natureza grave.....	178
15. Resumo dos Princípios do Código de Ética Nacional.....	178

#### 4

### **SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO DO PODER JUDICIÁRIO: CORREGEDORIAS, OUVIDORIAS, CONSELHOS SUPERIORES E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA..... 183**

1. Corregedorias.....	183
1.1. Funções.....	184
1.2. Competência.....	185
1.3. Corregedoria do CNJ .....	186
2. Ouvidorias .....	188
3. Conselhos Superiores.....	190
3.1. Conselho da Justiça Federal e Conselho Superior da Justiça do Trabalho .....	190
3.2. Conselhos da Magistratura.....	191
3.3. Conselho Nacional da Magistratura (CNM).....	191
4. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) .....	192
4.1. Berço dos Conselhos de Justiça .....	192
4.2. Órgão do Poder Judiciário.....	193
4.3. Composição .....	194
4.4. Conselheiros .....	196
4.5. Competência.....	196
4.5.1. Administrativa e financeira .....	196
4.5.2. Cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.....	197
4.5.3. Não jurisdicional .....	197
4.5.4. Concorrente .....	198
4.5.5. Ações contra decisões do Conselho Nacional de Justiça...	199

4.6.	Atribuições .....	199
4.6.1.	Correcional.....	200
4.6.2.	Regulatória .....	202
4.6.3.	Gestão de dados.....	204
4.6.4.	Coordenação das Corregedorias .....	204
4.6.5.	Inspeções e correições .....	204
4.6.6.	Planejamento e coordenação de políticas judiciais nacionais .....	206
5.	Para aprofundar .....	206
5.1.	Reclamação Disciplinar (RD) .....	206

## 5

### **RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS..... 207**

1.	Responsabilidade administrativa .....	207
1.1.	Direito Disciplinar .....	207
1.2.	Imunidade .....	208
1.3.	Penalidades .....	211
1.3.1.	Advertência .....	211
1.3.2.	Censura .....	212
1.3.3.	Remoção compulsória.....	212
1.3.4.	Disponibilidade conforme Resolução n. 563/2024 do CNJ .....	213
1.3.5.	Aposentadoria compulsória .....	217
1.3.6.	Demissão .....	220
1.4.	Procedimento disciplinar .....	221
1.4.1.	Resolução n. 135/2011 do CNJ .....	221
1.4.2.	Investigação preliminar.....	222
1.4.3.	Processo Administrativo Disciplinar contra magistra- dos (PadMag).....	223
1.4.3.1.	Princípios .....	223
1.4.3.2.	Competência concorrente .....	223
1.4.3.3.	Defesa prévia .....	223
1.4.3.4.	Quórum para instauração .....	224
1.4.3.5.	Prazo para ser concluído .....	224
1.4.3.6.	Afastamento de magistrado .....	224

1.4.3.7. Manifestação do Ministério Público.....	225
1.4.3.8. Fase de citação de defesa.....	225
1.4.3.9. Fase de instrução probatória.....	225
1.4.3.10. Sessão de julgamento .....	226
1.4.4. Prescrição .....	227
1.4.5. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC): Provimento n. 162/2024 do CNJ .....	227
1.4.6. Para aprofundar.....	234
1.4.6.1. Dosimetria da pena disciplinar .....	234
2. Responsabilidade civil .....	235
2.1. Panorama geral.....	235
2.2. Teoria da dupla garantia: Tema 940 do STF .....	236
3. Responsabilidade criminal .....	238
3.1. Foro por prerrogativa de função.....	238
3.2. Prisão.....	239
3.3. Perda do cargo .....	240
4. Independência das instâncias .....	242
5. Improbidade administrativa .....	242
6. Para aprofundar .....	243
6.1. Lei de Abuso de Autoridade.....	243

## 6

### **PRINCÍPIOS DA CONDUTA JUDICIAL DE BANGALORE E CÓDIGO IBERO-AMERICANO DE ÉTICA JUDICIAL..... 247**

1. Histórico.....	247
1.1. Grupo de Integridade Judicial ( <i>The Judicial Integrity Group</i> ).....	247
1.2. Objetivo .....	248
1.3. Dificuldades .....	249
1.4. Resultado do 1º Encontro do Grupo da Integridade Judicial.....	249
1.5. Resultado do 2º Encontro do Grupo da Integridade Judicial.....	249
1.6. Processo de Consulta.....	249
1.7. Princípios da Conduta Judicial de Bangalore.....	250
1.8. Comissão de Direitos Humanos.....	251
1.9. Comentários aos Princípios de Bangalore da Conduta Judicial ..	251

1.10. Medidas para a Implementação eficaz dos Princípios de Con- duta Judicial de Bangalore.....	251
1.11. Programa Global para a Promoção de uma cultura da legali- dade.....	252
1.12. Como desenvolver e implementar Códigos de Conduta Judicial ..	253
1.13. Retrospectiva do breve itinerário .....	253
2. Observações Técnicas .....	254
2.1. Os Princípios de Bangalore são um Código de Condutas?.....	254
2.2. Os Princípios de Bangalore foram adotados em outros países?...	254
2.3. São valores ou princípios? .....	254
2.4. O que são padrões internacionais ( <i>International standards</i> )?.....	255
2.5. Na elaboração dos Comentários aos Princípios da Conduta Ju- dicial de Bangalore quais as fontes utilizadas? .....	255
2.6. Prefácio da edição brasileira.....	256
2.7. Como ler os Comentários aos Princípios da Conduta Judicial de Bangalore? .....	256
3. Preâmbulo.....	257
4. Independência.....	263
5. Imparcialidade .....	270
6. Integridade.....	277
7. Idoneidade .....	279
8. Igualdade.....	285
9. Competência e diligência .....	287
10. Resumo dos Princípios de Bangalore .....	291
11. Bangalore e o Conselho Nacional de Justiça .....	292
12. Bangalore no ENAM (Exame Nacional da Magistratura) .....	292
13. Código Ibero-americano de Ética Judicial .....	296
14. Para aprofundar .....	304
14.1. Direito Administrativo Global da Magistratura (DAG).....	304
14.2. Código de Conduta para os membros da Suprema Corte dos Estados Unidos da América.....	305
14.3. Tutela multinível de direitos e os Princípios de Bangalore .....	305
14.4. Código de Conduta dos membros do Conselho Superior da Magistratura de Portugal.....	306

## 7

**ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL, PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO ..... 309**

1. Introdução .....	309
2. Estratégia Nacional do Poder Judiciário .....	311
2.1. Disposições gerais .....	312
2.2. Alinhamento do Poder Judiciário à Estratégia Nacional.....	313
2.3. Execução da Estratégia Nacional.....	314
2.4. Monitoramento e Avaliação da Estratégia Nacional.....	314
2.5. Governança.....	316
2.6. Encontros Nacionais do Poder Judiciário.....	316
2.7. Conceitos importantes sobre os Macrodesafios do Poder Judiciário .....	317
2.7.1. Macrodesafios da perspectiva da sociedade .....	317
2.7.2. Macrodesafios da perspectiva de processos internos.....	317
2.7.3. Macrodesafios da perspectiva de aprendizado e crescimento .....	319
3. Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário .....	322
3.1. Finalidade da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação .....	323
3.2. Conceitos definidos pelo CNJ para fins de enfrentamento do Assédio e da Discriminação .....	323
3.3. Quais os princípios e as diretrizes gerais da política de enfrentamento ao assédio e à discriminação no Poder Judiciário? .....	325
3.4. Gestão e organização do trabalho .....	326
3.5. Identificada situação de assédio no âmbito do Poder Judiciário, como realizar o acolhimento, o suporte e o acompanhamento do caso? .....	328
3.6. Procedimento da notícia de assédio ou discriminação .....	329
3.7. Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e Sexual.....	331
3.8. Infrações, procedimentos disciplinares e penalidades.....	333
3.9. Do alinhamento com o planejamento estratégico.....	334
3.10. Disposições gerais e finais.....	334
4. Política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.....	336

4.1.	Disposições gerais .....	336
4.2.	Definições.....	337
4.3.	Plano de Logística Sustentável.....	338
4.4.	Elaboração do Plano de Logística Sustentável .....	339
4.5.	Monitoramento e avaliação do Plano de Logística Sustentável....	340
4.6.	Unidade de sustentabilidade .....	341
4.7.	Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável.....	343
4.8.	Contratações sustentáveis.....	343
4.9.	Balço de Sustentabilidade no Poder Judiciário.....	345
4.10.	Disposições finais e transitórias.....	346
4.11.	Programa Justiça Carbono Zero.....	348
5.	Sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário .....	351
5.1.	Definição e estrutura .....	352
5.2.	Diretrizes para concepção e implementação de sistemas de integridade.....	352
5.3.	Elementos fundamentais que devem nortear o sistema de integridade dos órgãos do Poder Judiciário.....	352
5.4.	Conceitos relevantes .....	353
5.5.	Comitê de Integridade do Poder Judiciário.....	353
6.	Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Poder Judiciário.....	355
6.1.	Instituição da Política Nacional de incentivo à participação feminina .....	355
6.2.	Repositório Nacional de Mulheres Juristas.....	357
6.3.	Emprego obrigatório da flexão de gênero .....	358
6.4.	Bancas examinadoras para ingresso na carreira da magistratura...	358
6.5.	Acesso de magistradas aos tribunais de 2º grau .....	358
6.6.	Outras alterações e mecanismos relativos à paridade de gênero....	360
7.	Protocolo de julgamento .....	361
7.1.	Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero.....	361
7.2.	Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial .....	363
8.	Medidas de tratamento racional e eficiente das execuções fiscais .....	369
8.1.	Tema 1184 do Supremo Tribunal Federal.....	370
8.2.	Diretrizes do CNJ para análise de execuções fiscais .....	370
9.	Balcão virtual.....	373
10.	Núcleos de justiça 4.0.....	375

11. Juízo 100% digital .....	378
12. Política de gestão da inovação no âmbito do poder judiciário .....	382
13. Direitos das pessoas LGBTQIA+ e Formulário Rogéria.....	387
14. Quilombolas .....	389
15. Vítimas da ditadura militar .....	394
16. População em situação de rua (POPRUAJUD) .....	398
17. Localização de pessoas e bens por oficiais de justiça.....	403
18. Sistemas de pesquisa de dados e busca de bens .....	405
19. Domicílio judicial eletrônico .....	405
20. Julgamento de processos em ambiente eletrônico .....	407
21. Litigância abusiva .....	410
22. Inventário, partilha, separação, divórcio e extinção de união estável pela via administrativa.....	413
23. Para aprofundar .....	416
23.1. A gestão do Gabinete dos Corregedores-Gerais.....	416

## 8

<b>LEITURA OBRIGATÓRIA.....</b>	<b>419</b>
---------------------------------	------------

## 9

<b>REVISÃO DO CONTEÚDO.....</b>	<b>421</b>
---------------------------------	------------

1. Regime Jurídico da Magistratura Nacional: carreira, ingresso, promoções E remoções.....	421
1.1. Onde está localizada a disciplina de Ética e Estatuto da Magistratura Nacional no Edital do ENAM? .....	421
1.2. Conceito de Estatuto da Magistratura Nacional.....	421
1.3. Até do advento do novo estatuto da magistratura nacional o que prevalece? .....	422
1.4. Qual a base jurisprudencial? .....	422
1.5. Basta estudar a LOMAN (Lei Orgânica da Magistratura Nacional – LC n. 35/79)? .....	422
2. Poder judiciário e organização da magistratura.....	423
2.1. Órgãos do poder judiciário .....	423
2.2. Órgão especial .....	423
2.3. Competência para legislar sobre carreira da Magistratura .....	423
2.4. Normas constitucionais de eficácia plena .....	424

3.	Ingresso na carreira .....	424
3.1.	Em primeiro grau de jurisdição.....	424
3.2.	Os três anos de atividade jurídica para ingresso no cargo de Juiz Substituto devem ser comprovados em qual momento? .....	424
3.3.	Denominação do cargo inicial na carreira da magistratura.....	424
3.4.	Em segundo grau de jurisdição .....	425
4.	Movimentação na carreira .....	425
4.1.	Merecimento.....	426
4.2.	Antiguidade .....	426
4.3.	Ação afirmativa de gênero para acesso de magistradas aos tribunais de 2º grau.....	426
4.4.	Outras alterações e mecanismos relativos à paridade de gênero no âmbito do CNJ.....	427
4.5.	Remoção.....	428
4.6.	Permuta .....	428
4.7.	Regulamentação de permuta entre magistrados estaduais.....	429
4.8.	Programa Nacional “Visão Global do Poder Judiciário” .....	429
5.	Aperfeiçoamento da matéria .....	430
5.1.	ADI 5430 .....	430
5.2.	ADIs 3.308, 3.363, 3.998, 4.802 e 4.803 .....	430
5.3.	ADI 2952 .....	430
5.4.	Competência originária do STF para ações de interesse da Magistratura .....	431
5.5.	STF invalida lei de MT que exigia idade mínima para ingresso na magistratura estadual .....	431
6.	Direitos e deveres funcionais da Magistratura.....	432
6.1.	Direitos e garantias .....	432
6.1.1.	Breve histórico das garantias constitucionais da Magistratura .....	432
6.1.2.	A tríplice garantia constitucional funcional .....	435
6.1.2.1.	Vitaliciedade .....	435
6.1.2.2.	Inamovibilidade .....	436
6.1.2.3.	Irredutibilidade de subsídios.....	437
6.1.3.	Prerrogativas da Magistratura previstas na LOMAN.....	437
6.1.3.1.	Agendamento para depor como testemunha.....	437
6.1.3.2.	Prisão .....	438

6.1.3.3. Notificação ou intimação.....	438
6.1.3.4. Porte de arma .....	438
6.1.4. Férias, licenças e concessões.....	439
6.1.4.1. Férias.....	439
6.1.4.2. Licenças .....	439
6.1.4.3. Concessões (afastamentos) .....	442
6.2. Deveres e vedações .....	443
6.2.1. Deveres do magistrado segundo O art. 35 da LOMAN ..	443
6.3. Aperfeiçoamento da matéria.....	446
6.3.1. Vedações da Constituição Federal.....	447
6.3.1.1. Magistratura e Magistério: Resolução CNJ n. 650/2025 .....	447
6.3.1.2. Custas ou participação em processo.....	448
6.3.1.3. Atividade político-partidária .....	448
6.3.1.4. Auxílios ou contribuições.....	452
6.3.1.5. Quarentena .....	452
6.3.2. Vedações do art. 36 da Loman .....	453
6.3.2.1. Atividade empresarial .....	453
6.3.2.2. Manifestação sobre processos.....	454
6.4. Magistratura e Redes Sociais.....	454
7. Recomendações de conduta.....	454
8. Condutas vedadas aos magistrados nas redes sociais.....	455
9. As recomendações e vedações aplicam-se a todos os magistrados? .....	457
9.1. Equiparação de Direitos e Deveres da Magistratura e do Minis- tério Público .....	457
10. Código de Ética da Magistratura Nacional .....	457
10.1. É possível punir com base no Código de Ética da Magistratura Nacional? .....	457
10.2. Princípios .....	458
10.2.1. Independência .....	458
10.2.2. Imparcialidade .....	459
10.2.3. Transparência.....	459
10.2.4. Integridade pessoal e profissional.....	460
10.2.5. Diligência e dedicação.....	461
10.2.6. Cortesia.....	462

11. O que é o pacto nacional do judiciário pela linguagem simples?.....	462
11.1. Prudência .....	463
11.2. Sigilo profissional.....	464
11.3. Conhecimento e capacitação .....	464
11.4. Dignidade, honra e decoro.....	465
12. Sistemas de controle interno do Poder Judiciário: Corregedorias, Ouvidorias, Conselhos Superiores e Conselho Nacional de Justiça .....	467
12.1. Corregedorias .....	467
12.1.1. Dupla função.....	467
12.1.2. Competência .....	467
13. Aperfeiçoamento da matéria .....	468
13.1. Corregedoria do CNJ .....	468
14. Ouvidorias .....	470
15. Conselhos Superiores.....	472
16. Conselho da magistratura .....	473
17. Conselho Nacional da Magistratura (CNM) .....	473
18. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) .....	473
18.1. Órgão do Poder Judiciário.....	473
19. Composição.....	474
20. O que acontece se não efetuadas as indicações no prazo legal?.....	475
21. Competência .....	475
22. As atribuições do CNJ são exaustivas?.....	476
23. A fiscalização pelos Tribunais de Contas retira a atribuição do CNJ de controle orçamentário das contas dos órgãos do Poder Judiciário?.....	476
24. A criação do CNJ feriu o pacto federativo e o princípio da separação dos poderes? .....	477
25. O CNJ possui competência jurisdicional?.....	477
26. Competência concorrente .....	477
27. Quem julga as ações proferidas contra decisões do Conselho Nacional de Justiça? .....	478
28. O Corregedor Nacional de Justiça poderá ser acompanhado de Conselheiros, Juizes Auxiliares, peritos ou servidores nos trabalhos de correição?.....	478
29. É constitucional a criação por constituição estadual de órgão de controle administrativo do poder judiciário?.....	479
30. Responsabilidade administrativa, civil e criminal dos magistrados .....	479

31. Responsabilidade administrativa .....	479
31.1. Direito disciplinar .....	479
31.2. Imunidade .....	479
32. Penalidades disciplinares da magistratura.....	480
32.1. Advertência.....	480
32.2. Censura.....	481
32.3. Remoção compulsória .....	481
32.4. Disponibilidade.....	482
32.5. Aposentadoria Compulsória.....	483
32.6. Demissão .....	485
33. Responsabilidade civil .....	485
34. Responsabilidade criminal .....	486
35. Aprofundamento da matéria .....	486
36. Princípios da Conduta Judicial de Bangalore .....	488
36.1. Histórico .....	488
37. Valores e princípios .....	489
38. Princípios essenciais do código ibero-americano .....	489
39. Administração judicial. Planejamento estratégico. Modernização da gestão .....	492
39.1. Introdução.....	492
39.2. Administração judicial.....	492
40. Planejamento estratégico e modernização da gestão.....	493
40.1. Resolução n. 325/2020 .....	493
40.2. Resolução n. 345/2020 .....	494
40.3. Resolução n. 351/2020 .....	494
40.4. Resolução n. 370/2021 .....	496
40.5. Resolução n. 372/2021 .....	497
40.6. Resolução n. 385/2021 .....	497
40.7. Resolução n. 400/2021 .....	497
40.8. Resolução n. 410/2021 .....	498
40.9. Resolução n. 547/2024 .....	498
40.10. Resolução 615/2025.....	498
40.11. Recomendação n. 163/2025 .....	498

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 499**

**PRECIOSIDADES HISTÓRICO-JURÍDICAS..... 501**